

político

Análise política

PRATICAMENTE, não foram feitas análises às eleições para as autarquias em função das suas prováveis consequências políticas. Infelizmente, a maioria dos comentadores políticos estão demasiado empenhados partidariamente para analisarem eleições tão genericamente desfavoráveis nos resultados.

Depois de, para "O PAÍS" da semana passada, termos tentado situar as eleições no seu momento, trata-se agora de ensaiar um esboço prospectivo. Realmente, estas eleições não poderão deixar de produzir consequências, desde logo porque as forças políticas não resistiram a politizá-las "a priori", na mira de posteriores aproveitamentos.

É evidente que se se tivessem produzido significativas deslocamentos de voto, seria mais natural que os esforços de previsão do futuro fossem abundantes. Mas, em política, a manutenção das proporções é tão importante, em regra, como a alteração delas. Neste sentido, ter tudo ficado na mesma tem um significado que se não pode esquecer.

As abstenções: voto anti-partidário?

Para uma análise dos resultados e das suas consequências deve começar-se por afirmar que as perdas de votos de cada Partido devem corresponder à quota-parte dos seus anteriores eleitores que optaram pela abstenção. Quando muito, talvez a diminuição de votos comunistas signifique alguma deslocação para o PS de algum voto alentejano (pessoas que acreditaram que já tinham liberdade para votar fora das regras determinadas a nível de UCP) mas estatisticamente isso deve ser insignificante.

Daí que as maiores percentagens de perda ocorram com o Partido governamental (meio milhão de votos em sete meses), logo seguido de outro Partido central, o PSD; mas todos eles mostraram que não tinham conseguido captar o voto tradicionalmente prô-governamental, num caso ou o voto dos descontentes com o sistema que não reconheceram a qualquer das opções o carácter de real alternativa, nos outros.

Tal facto, de uma importância extrema, tem sido mas-

carado pela generalidade da classe política, toda ela pouco interessada em reconhecer o grave problema que é, para um regime parlamentar, o desinteresse do eleitorado pelas estruturas e pelos métodos representativos. Mas ao mesmo tempo, estes resultados — "depurados" pelos dois milhões de abstenções — revelam um panorama mais fiel das adesões a cada um dos Partidos e ao mesmo tempo marcam uma estabilidade relativa que ela, também, não deixará de ter consequências.

Qualquer Partido visa a conquista do Poder e depois disso a sua manutenção. A estabilidade do eleitorado vai transferir para a Assembleia da República a luta pelo Poder político, como, com lucidez, referiu Freitas de Amaral na "celebre" mesa-redonda televisiva. Fracassados os planos de provocar alterações pelo afundamento do Partido governamental — no que jogavam à sua maneira cada uma das Oposições —, deve ter terminado o tempo de esperança do Governo, com a expectativa de que as eleições destruiriam a viabilidade do Governo minoritário de uma forma directa e sem que fosse possível responsabilizar pelo facto os Partidos oposicionistas.

A estabilidade do eleitorado vem, por isso, obrigar à destruição da viabilidade governamental de uma forma indirecta. É que o PS vai ver-se obrigado a acelerar a sua acção política, com medidas inevitavelmente impopulares e as oposições não desaproveitarão essa oportunidade. A "Democracia" tem destas "misérias" (ou talvez "grandezas"), estar sujeita às lutas partidárias de forma absoluta.

Governo contra Oposição: A dicotomia fundamental

Nesse sentido, veja-se a importância do segundo dado que importa reter para uma análise prospectiva. O voto de

12 de Dezembro fez-se, evidentemente, a favor do Governo ou contra ele. Essa a dicotomia fundamental que, aliás, o PS tentou aproveitar. E tentou-o, porque assim procedem sempre os poderes vigentes, visto que isso lhes interessa.

É claro que a partir de 13 de Dezembro muita gente passou a estar interessado em escamotear esse aspecto, quer para dizer que houve um voto anti-comunista (o que também é verdade, dado que parte importante do voto PS tem esse significado ainda hoje) quer para dizer que a Direita tinha sido derrotada pela Esquerda.

O Poder não é Esquerda nem Direita, é uma máquina de direcção política, que é Esquerda ou Direita, consoante em cada momento a sua perpetuação o exige. Mas quem era em 12 de Dezembro contra o actual Poder votou FE-PU, PSD ou CDS. E o que se concluiu é que o Governo minoritário socialista não conseguiu tornar-se menos minoritário, quer em percentagens quer — o que é mais importante — em números, dada a perda de 500 000 votos.

Este um outro dado que não pode ser disfarçado. A aposta do PS em crescer através da detenção do Poder — jogada arriscada, mas que podia terminar em êxito, e teria sido talvez possível se o Gabinete fosse de melhor qualidade — fracassou. E isto tem sido, de algum modo, recordado pela "concorrência".

Mas o problema para a concorrência é que o fracasso do projecto de consolidação socialista se fez através de abstenções e não por deslocação de votos, como atrás referimos. Isto é, tudo continua na mesma, continuando a não existir qualquer solução sistémica, isto é constitucional, sem que o PS com ela concorde. Mário Soares continua a ser o real árbitro da Democracia portuguesa, porque dele depende o momento das alterações, se não as próprias alterações.

E isto é tanto mais assim

quanto tudo parece indicar que os EUA — que com um bilião e meio de dólares aumentaram até limites inimagináveis o seu Poder sobre Portugal — estão interessados, por vários motivos, num Governo de dominante socialista, com correcções eventuais em certos Ministérios. E no sentido do prevalecimento do Governo Soares joga também a continuada intenção de Eanes de não correr um risco de desgasto político, a não ser em caso extremo.

Se isto é assim, então não devem ter, para já, grande probabilidade soluções de Governo "apartidário", dirigido por um militar da confiança de Eanes, apesar das insistentes sugestões de Sá Carneiro nessa direcção e da abertura do PCP a uma solução semelhante, ainda que polarizada em nomes diferentes. Naquele caso, talvez Firmino Miguel ou Almeida Costa. Neste, ou Loureiro dos Santos ou Costa Brás (e note-se a este respeito, que o actual ministro da Administração Interna contornou a pergunta do entrevistador do "Expresso" — motivada pela abertura desta hipótese aqui feita, aliás com base no levantamento do tema por uma revista semanal — evitando negar essa eventualidade).

Note-se, no entanto, que a probabilidade de um Governo desse tipo é muito grande a médio prazo. Até porque, a partir de certa altura, passará a interessar a Mário Soares conter um desgasto excessivo do seu Partido que pudesse comprometer posteriores resultados eleitorais.

De novo os militares

E tanto é assim que de novo as Forças Armadas voltam às primeiras páginas dos jornais. Vivendo numa situação não completamente democrática, Portugal é, sobretudo, tributário do que se passar no interior das Forças Armadas, como tem aliás acontecido desde os primeiros decénios do século XIX, com esse Oteló de então que, ao menos,

durante os anos que antecederam a guerra civil, se chamou Saldanha.

A escolha do tipo de Governo independente do futuro vai depender bastante da correlação de forças a nível militar. E, nesse sentido, os resultados das eleições dos Conselhos de Arma no Exército é muito significativo.

Como também não deixará de ser significativa a saída de Moraes da Silva da chefia da Força Aérea, conducente à "re-hierarquização" global das Forças Armadas. A revisão do Conselho da Revolução a que conduzirá e que poderá estender-se ao Exército e à nomeação do vice-chefe de Estado-Maior General, que, como se sabe, também tem assento no CR, poderão provocar neste órgão as alterações necessárias para que Eanes passe a ter a margem de manobra militar de que necessita para evitar o agudizar de tensões mais ou menos localizadas.

Estando o centro do Poder ainda nas Forças Armadas (constatação realista que ninguém deveria tentar exorcismar verbalmente por ser inútil) é evidente que as personalidades-chave do panorama militar vão observar atentamente a evolução próxima das tensões na sociedade civil. Um dos campos que mais naturalmente lhes despertará a atenção será o Alentejo; outro, não menos importante, a Assembleia da República.

Nesta Assembleia se poderá jogar o futuro deste País. O que não deixa de ser curioso num regime em que a História não tem passado perto do Parlamento. A votação do Plano e do Orçamento serão, talvez, a ocasião mais densa politicamente nesta quadra natalícia em que alegremente iremos gastar três milhões de contos de poupança forçada que as oposições coligadas com a inabilidade governamental nos ofereceram.

José F. Miguel Júdice

Manifestações amigas

CÓNFORME já divulgámos na última edição, as manifestações de solidariedade para conosco, acompanhadas do mais veemente repúdio pelo criminoso acto perpetrado nas instalações de "O PAÍS", constituíram a nota de agrado para com as razões da nossa luta e, daí, o termos a certeza de que nos sentimos apoiados para o prosseguimento que se impõe, ou seja não recuar um passo sequer na senda do caminho que efectivamente julgamos de justiça para com os milhares de leitores que nos acolhem.

Desde individualidades de destaque na vida portuguesa (a nível de governação), passando por Partidos políticos, até ao leitor quase anónimo, todos tiveram palavras de amizade que nos proporcionaram o melhor incentivo para não esmorecermos.

Várias empresas também nos contactaram para colocar à nossa disposição as instalações que nos fossem necessárias, facto que nos calou bem fundo nesta hora de amargura, mas que não chegou a ser aceite uma vez que a força e o sentido profissional que a todos na casa anima, foram motivo para que, mesmo nos reduzidos compartimentos com que ficámos a dispor, o nosso trabalho não sofresse qualquer quebra.

Por outro lado, a campanha (assim lhe podemos chamar) de auxílio material que espontaneamente começou a tomar forma, tendo vindo a avolumar-se de maneira a nos tornar credores de simpatias e carinho de tantos amigos, constitui, pois, mais uma razão para que não haja desfalecimentos entre nós.

Assim, a adicionar ao total que registámos na passada semana, juntamos hoje mais os seguintes donativos:

Transporte.....	50 650\$00
Anónima.....	2 425\$00
João C. P. Freitas..	1 000\$00
Um grupo de empregados da "Mapar".....	550\$00
Rogério Duarte.....	100\$00
Maria de Lourdes Duarte.....	200\$00
F. S.	5 000\$00
Vítor Cesário Fonseca T. Vedras.....	500\$00

Total..... 60 425\$00

as graves doenças da boca evitam-se usando enquanto é tempo

PASTA MEDICINAL Couto

GUANABARA TINTURARIA

Av. João XXI, 50 e Rua Infância, 16, 55-C

— BATAS E AVENTAIS —

Lindos modelos para a quadra festiva

Deseja aos seus Ex.ºs Clientes, Amigos e Fornecedores FESTAS FELIZES

OURIVESARIA JADE

PRAÇA DE LONDRES, 4-A — TELEF. 72 32 46

Agradecidos por todas as amabilidades com que fomos distinguidos pelos nossos estimados clientes, amigos e fornecedores, desejando-lhes um NATAL e ANO NOVO repletos de felicidades.

com relógios

NOBREZA

DO TEMPO TENHA A CERTEZA



BOUTIQUE DE RAPAZ E RAPARIGA
Rua Augusta, 178 — LISBOA

às 4^{as} feiras

UM SEMANÁRIO DIFERENTE, PARA CHEGAR A MAIS GENTE

A SI, POR EXEMPLO!

telex

O jornal e os seus leitores

Estatuto editorial

DISTRIBUIÇÃO REGIMPrensa